

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Saúde** — SES

— 5/7/2022 —





Relatório de Reunião

*Relatório da reunião de prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Saúde** — SES — entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2022, no âmbito do primeiro ciclo do **Assembleia Fiscaliza 2022***

Reunião da Comissão de Saúde

- Presidente da reunião: deputado Carlos Pimenta
- Comissão convidada: Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 5/7/2022

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

Em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado e ao art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141/2012, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde, no dia 5/7/2022 a Comissão de Saúde, tendo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência como convidada, recebeu Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2022.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#), ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br >> Acompanhe >> Eventos >> Assembleia Fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Saúde: Deputados André Quintão; Carlos Pimenta; Arnaldo Silva (Substituindo Dep. João Vítor Xavier); e deputada Celise Laviola (Substituindo Dep. Doutor Wilson Batista)

Demais presenças: Deputados Antonio Carlos Arantes; Roberto Andrade; Charles Santos; Mauro Tramonte; Zé Reis; Bartô; e deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira.

III – Temas discutidos

O secretário apresentou as ações da Secretaria de Estado de Saúde nos seguintes temas:

- Execução orçamentário-financeira: o valor empenhado nas ações de saúde foi de fato pago, em razão do aumento da arrecadação do Estado. Em 2021 foi efetivamente pago o mínimo constitucional no Estado, o que deve se repetir em 2022.
- Acordo para o pagamento da dívida do Estado: 793 municípios e 139 entidades prestadoras de serviços aderiram ao acordo. Em 2021 foram pagos R\$389.896.754,54 aos municípios; até junho de 2022, foram pagos mais R\$388.703.219,05; e a partir de outubro de 2022 o restante será pago em 96 parcelas mensais e consecutivas.
- Emendas parlamentares impositivas para 2022: 99,95% foram pagos até o momento.
- Repasse efetivo de recursos aos municípios para o término das obras de construção de diversas Unidades Básicas de Saúde, além da valorização do apoio multiprofissional e valorização pela cobertura de serviços e de saúde bucal.
- Ampliação do Teste do Pezinho para o diagnóstico de 12 doenças raras. Previsão de aumento gradual e inclusão de outras doenças.

- Ampliação de 133 leitos de saúde mental em hospitais gerais e em hospitais psiquiátricos nas diversas regiões de saúde.
- Repasse de recursos para aquisição de tomógrafos em todas as macrorregiões.
- Na assistência farmacêutica, a distribuição de medicamentos de doenças crônicas e doenças raras está sendo descentralizado. Os municípios recebem incentivo para construção e custeio de unidades da Farmácia de Minas. A SES continua comprando os medicamentos da atenção especializada a serem distribuídos.
- Execução do programa Opera Mais, para cirurgias eletivas, que tem tabela diferenciada de pagamento complementar pela SES, com metas para acelerar a realização de procedimentos, principalmente aqueles onde havia maior fila de espera e demora na realização dos procedimentos.
- Ampliação do Samu para outras regiões com aquisição de ambulâncias para agilizar o tempo de resposta. O Triângulo do Sul será a última região a ter o Samu implementado. Também está havendo a complementação da Tabela SUS por parte da SES.
- Implementação da linha de cuidados para queimados, com regulação própria e hospitais hierarquizados de acordo com a complexidade dos casos e qualificação dos pontos de atenção.
- Ampliação de 550 leitos como legado da pandemia.
- Retomada na produção de soros pela Fundação Ezequiel Dias – Funed – para o Estado e o País, além da implantação do novo Laboratório Central de Saúde Pública – Lacen.
- Desenvolvimento de técnica de inativação de patógenos pelo Hemominas nos sangues doados e ampliação de unidades móveis de coleta.

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais questionamentos e temas discutidos durante a reunião foram:

- Recursos devidos às comunidades terapêuticas em governos passados, em convênios realizados com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, que estão na Pasta da Saúde.
- Não efetivação da compra de tomógrafos por municípios que receberam recursos para essa finalidade. Sugestão de fiscalização por parte da SES. O secretário declarou que está atento aos casos específicos de necessidades de equipamento.
- Críticas à política de distribuição de ambulâncias para transporte de pacientes. Sugestão de levar o tratamento oncológico para perto do paciente. Segundo o secretário, há a intenção de regionalizar a

quimioterapia, assim como foi feito no caso da hemodiálise, para que os pacientes possam ser atendidos nas proximidades de seu local de moradia, mas essa regionalização depende de pactuação em cada território.

- Necessidade de melhorar a atenção hospitalar psiquiátrica na região de São Sebastião do Paraíso e de verificar a efetiva utilização de recursos repassados aos municípios pela SES para, por exemplo, a realização de cirurgias eletivas.
- Necessidade de flexibilizar, nos casos de urgência da condição clínica do paciente, o critério de distância máxima de 200 km para atendimento pelo Samu. O secretário informou que a SES receberá um segundo avião ainda em 2022 para incrementar o Samu Aéreo.
- Falta de medicamentos para o agravamento do angioedema hereditário.
- Sugestão para que a SES reveja o impedimento de destinar emendas parlamentares aos hospitais filantrópicos em período eleitoral, pois o não recebimento desses recursos compromete a prestação de serviços. O secretário reconheceu o problema e se dispôs a discutir possíveis soluções com o setor jurídico.
- Região do Triângulo dispõe de hospitais que poderiam contribuir para a regionalização da atenção especializada. Crítica à regulação feita por Uberaba e sugestão de gestão da SES no município. O secretário relatou a revisão da política de atenção hospitalar para os hospitais de pequeno porte com vistas a aproveitar os recursos disponíveis em cada região. Com relação a Uberaba, afirmou que a SES não incentiva as regulações municipais, pois isso em geral trava as pactuações. Outros municípios, como Montes Claros, têm sinalizado a intenção de fazer regulação própria também, o que, no entender do secretário, pode ser um problema para a rede. O ideal é que a regulação seja feita por meio do SUS Fácil, ao qual todos os municípios têm acesso. Hoje há regulação própria em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba. Sempre é um complicador a regulação própria porque ela não permite que a rede seja utilizada, e o Valora Minas tem justamente esse olhar de rede.
- Questionamento sobre a entrega a iniciativa privada/organizações sociais da gestão do Hospital Regional João Penido, apesar das irregularidades já apontadas anteriormente pelo Ministério Público e da possível dificuldade para fazer o controle social da gestão. O secretário informou que a entrega a organizações sociais não é terceirização dos serviços, nem privatização, é uma terceirização apenas da gestão. Há muitas organizações sociais que fazem gestões bem-sucedidas. O edital foi refeito, em acordo com o Ministério Público, para que todos os direitos dos servidores fossem garantidos, mas a gestão por organizações sociais é bem mais ágil que a gestão pública, o que vai melhorar a prestação

de serviços à população, com aumento de metas ao mesmo custo. O primeiro contrato é de dois anos e pode ser repactuado.

- Questionamento sobre o cumprimento do mínimo constitucional em saúde contabilizado apenas com despesas empenhadas e não pagas. O secretário afirmou que a lei determina que seja contabilizado o valor empenhado, mas disse que, pela primeira vez, o Estado de fato gastou o percentual e que o financeiro acompanhou o empenhado.
- Questionamento sobre a data para a reabertura do atendimento porta aberta de urgência e emergência do Hospital Júlia Kubitschek e do Ambulatório da Saúde da Mulher, que também foi desativado, bem como sobre o restabelecimento do controle social/conselho de saúde do mesmo hospital. O secretário afirmou que o ambulatório não foi fechado, pois recebeu ultrassom novo, mas que alguns profissionais foram deslocados por necessidade de outros serviços mais urgentes. O novo bloco cirúrgico será inaugurado em agosto. Segundo relatou, havia muitas obras paradas e o hospital está sendo todo reformado. A Unidade de Emergência foi, em 2020, direcionada ao atendimento da Covid-19 e salvou muitas vidas. A pandemia melhorou, mas com a chegada da variante ômicron, a SES manteve aqueles leitos reservados para o caso de necessidade. Agora, além dessa reestruturação, há dificuldade na contratação de médicos. A sala de emergência será reaberta nas próximas semanas, os pacientes da Upa Barreiro e do Samu começarão a ser encaminhados para os leitos do Hospital Júlia Kubitschek, as equipes de enfermagem e outros profissionais de saúde contratados já estão sendo encaminhados para lá para recompor as equipes de atenção. A intenção é reabrir o pronto atendimento o mais rápido possível, ainda em julho.
- Questionamento sobre a não obrigatoriedade da vacinação no Estado, que não está sendo respeitada em alguns órgãos públicos. O secretário afirmou que a SES incentiva sempre a vacinação de toda a população, confirma que ela é facultativa, mas disse que as instituições têm autonomia para exigí-la ou não. Quanto ao Hospital Galba Veloso, os leitos fechados foram abertos no Hospital Raul Soares, além dos muitos leitos psiquiátricos que foram abertos no Estado para descentralizar a atenção.
- Questionamento sobre a falta de transparência no repasse de recursos da Fundação Nacional do Índio – Funai – para a saúde indígena no município de São João das Missões, onde 75% da população é indígena, há apenas uma unidade básica de saúde e não há rede de esgoto.

IV – Compromissos e encaminhamentos

COMPROMISSOS

Compromisso/Posicionamento do secretário:

- O secretário afirmou a intenção de regionalizar a quimioterapia, assim como foi feito com a hemodiálise, para que os pacientes possam ser atendidos nas proximidades de sua moradia, embora isso dependa de pactuação em cada território.
- O secretário reconheceu as dificuldades ocasionadas pela impossibilidade de destinar emendas parlamentares aos hospitais filantrópicos em período eleitoral e se dispôs a discutir com o setor jurídico possíveis soluções para esse problema.
- O secretário esclareceu que a sala de emergência do Hospital Júlia do Kubitschek será reaberta nas próximas semanas para que os pacientes da Upa Barreiro e do Samu sejam encaminhados para os leitos disponíveis no hospital e afirmou que a intenção é reabrir o pronto atendimento o mais rápido possível, ainda em julho.
- O secretário relatou que o Samu aéreo será ampliado para transporte de pacientes no caso de grandes distâncias.

ENCAMINHAMENTOS

RQN nº 11.563/2022: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde - SES - pedido de providências para que seja sanada a dívida do Estado com as comunidades terapêuticas constantes na lista que encaminha.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022.

Deputado Carlos Pimenta

Membro Efetivo da Comissão de Saúde